



**DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: DEMOCRACIA E AS INTERSEÇÕES ENTRE
DIREITO, POLÍTICA E LITERATURA NO MARANHÃO DO FINAL DO SÉCULO
XIX E INÍCIO DO XX**

Diogo Guagliardo Neves*

RESUMO

A transição do Segundo Reinado à Primeira República no Maranhão ocorreu a partir de disputas no interior das elites políticas e culturais, personificadas por agentes inseridos do domínio do direito. Suas tentativas de monopólio dos temas políticos da época proporcionaram que fossem reconhecidos como agentes aptos a controlar as instâncias de poder, entre elas parlamentos e tribunais, bem como encampassem as esferas da produção cultural, compondo academias literárias, institutos históricos e afins. Isso impediu a efetiva ampliação do exercício democrático a setores sociais historicamente excluídos.

Palavras-chave: elites; direito; escrita; cultura; democracia.

**FROM THE EMPIRE TO THE REPUBLIC: DEMOCRACY AND THE
INTERSECTIONS BETWEEN LAW, POLITICS AND LITERATURE IN
MARANHÃO FROM THE LATE NINETEENTH AND EARLY TWENTIETH
CENTURIES**

ABSTRACT

The transition from the Second Empire to the First Republic in Maranhão, it was from disputes within political and cultural elites, personified by agents inserted in the field of law. Their attempts to monopolize the political themes of that time, made they was recognized as agents able to control the instances of power, among them parliaments and courts, as well as dominate the spheres of cultural production, composing literary academies, historical institutes and the similars. This was impeded the effective extension of the democratic exercise to historically excluded social sectors.

Keywords: elites; right; written; culture; democracy.

*É bacharel em Direito pela Universidade Ceuma (2005), de São Luís, Maranhão, e bacharel em História pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (2005). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (2010). É doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (2016). É advogado. É professor do curso de Direito da Universidade Ceuma. Endereço postal: rua 5, n. 28, quadra 04, bairro Cohajap, São Luís, Maranhão, CEP 65072-180. Endereço eletrônico: diogogualhardoneves@hotmail.com.



1. INTRODUÇÃO

A passagem do Segundo Reinado à Primeira República, longe de ter sido propriamente uma demanda popular, antes parece ter atendido à necessidade de uma elite política-cultural mediana sobrestada em seus projetos de ascensão política por outra já estabelecida no poder, de longo curso. Esse processo, para ser vitorioso, no entanto, obrigou a disputa pelo controle e manuseio de pautas legítimas, como o “abolicionismo”, através da política e da literatura por de profissionais do direito em processo de especialização que transitavam entre esses domínios. Isso teve implicações relevantes sobre as grandes restrições da experiência democrática nas primeiras décadas do novo regime brasileiro.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Direciona-se este trabalho para as conexões entre a produção escrita, exercício profissional do direito e atuação política, buscando compreender os “[...] discursos e práticas que se apoiam na posse de um saber para legitimar pretensões de intervenção na esfera política.” (SIGAL, 2012, p. 56). Concebe-se um tipo de produto cultural de usos específicos, envolvendo a noção de “campo cultural periférico”, com função mediadora, para se pensar esforço do “intelectual” do direito e da literatura, que consegue mobilizar demandas sociais, então convertidas em pautas político-eleitorais, até mesmo para níveis mais radicais, como a mudança de regime a fim de acomodá-lo.

Com efeito, de modo mais geral é possível afirmar que a atividade cultural nas sociedades periféricas remete a instâncias de consagração externas e, ao mesmo tempo, interioriza critérios externos de valorização. Estas duas dimensões se determinam reciprocamente: a importância acordada dos centros culturais metropolitanos acentua o caráter escorregadio das hierarquias internas, estimulando a busca de instâncias exteriores incontestáveis (SIGAL, 2012, p. 63). Questão sensível para o caso maranhense, pois se ajusta às características da produção escrita e que é comum aos agentes que escrevem e que investem na atividade política: a importação de modelos estéticos/artísticos e organizacionais/políticos centrais (europeus na maior parte do período, ou “nacionais” a partir das décadas de 1910-20). A partir dessa circunstância, escrever foi um recurso mobilizador de amplos segmentos da ordem social, especialmente na Administração Pública, construindo a imagem de alta importância dos agentes e chamando para si a possibilidade de acesso e permanência nas instâncias de poder oficial, onde seus próprios programas – detentores de



elementos adaptativos peculiares – poderiam ser executados.

Assim, a virtual inexistência de um campo cultural, análogo ao descrito por Bourdieu (2002), no Maranhão entre os séculos XIX e XX, pode explicar os elevados níveis da personificação daqueles que escrevem (os critérios de hierarquização são quase todos “externos”, como a família e as amizades) e a indissociação entre o trabalho escrito e o político (literalmente a interdependência entre um e outro). Essas preocupações se justificam porque em condições periféricas como as que estão em pauta, a “cultura” ou os “intelectuais” adquirem um peso muito maior, inclusive porque a “diminuição da autonomia dos campos é o signo de um reforço do papel dos intelectuais” (SIGAL, 1996, p. 44) [...] Na ausência desses “campos”, com lógicas relativamente autônomas e baseados em capitais específicos, com a consequente associação generalizada do conjunto de esferas sociais e instituições com o poder político, fica em aberto o problema da passagem de uma lógica de produção e de legitimação específica para o universo da “cultura” e da “política” em geral. (CORADINI, 2014, p. 74).

Nesse sentido, a partir da comunhão dos estudos contemporâneos de sociologia e história do direito, procurou-se identificar os investimentos dos agentes do período em referência para o controle de pautas políticas e culturais, configurando as formas de disputa e perpetuação dos mesmos em postos de poder no final do Império e início da República, reproduzindo um tipo de organização estatal vedada à agentes de outros estratos sociais.

3. OBJETIVO

Compreender os fundamentos do Estado elitista brasileiro contemporâneo, no geral, e maranhense em específico, apesar de ambos se articularem ostentando a forma republicana há mais de um século, e por tanto, supostamente democráticos.

4. METODOLOGIA

Foram selecionados agentes que ocuparam cadeiras da Assembleia (Provincial e) Legislativa do Maranhão, antes estudantes, formados ou não, dos cursos de direito brasileiros entre as décadas de 1860-80, e que publicaram livros e escreveram em periódicos. Por sua vez, a produção escrita disponível deles e sobre eles foi consultada, bem como as correspondências a ela relacionadas, com o propósito de analisar, qualitativamente, suas tomadas de posição e construção de pautas políticas. Em seguida, tais textos foram intercalados com o referencial teórico, com o propósito de se perceber as demandas que



conduziram as articulações para a mudança institucional do Império à República, suas formas e seus objetivos.

5. DESENVOLVIMENTO

A raiz do questionamento do Império como instituição pertinente para esse setor social está na Guerra do Paraguai. De início, ela desencadeou um sentimento patriótico, acreditando os brasileiros que o conflito seria de curta duração. Ante as dificuldades de mobilização do exército e frente à “concorrência” da força auxiliar, a Guarda Nacional, organizaram-se os corpos de “Voluntários da Pátria”: “O imperador D. Pedro II alistou-se como voluntário número um, afirmando simbolicamente a igualdade entre todos os brasileiros voluntários no desejo de vingar a afronta à honra nacional.” (IZECKSOHN, 2009, p. 399). Contudo, o longo curso do conflito, dificuldades operacionais e doenças desgastaram o lado brasileiro. Além disso, não resultou em nenhum benefício prático para os beligerantes:

A guerra não aproveitou a ninguém. O Paraguai teve metade ou mais de sua população dizimada, sobretudo a masculina. Ao final do conflito, lutavam velhos e crianças. Na Argentina, a guerra foi sempre impopular e o presidente Mitre teve de abandonar o comando dos aliados para resolver problemas de política interna. O mesmo aconteceu com Flores, do Uruguai, que acabou assassinado. O Brasil teve de suportar o maior peso dos custos do conflito em termos de homens e recursos. À medida que a guerra se prolongava, o entusiasmo que de início alimentou o voluntariado se esvaneceu e a opinião pública passou a ter dúvidas quando à conveniência de continuar o conflito. (CARVALHO, 2012b, p. 106)

O final da Guerra do Paraguai configurou tanto um profundo déficit orçamentário, como também a mobilização em torno de slogans como “modernização” do Estado, a se iniciar pela organização profissional do exército, e “patriotismo”, mobilizador de facções na concorrência eleitoral com a identificação de correligionários, mas também “inimigos” e “obstáculos” para a realização dos novos projetos. Particularmente, a recepção aos veteranos do conflito foi frustrante para eles, e muitos terminariam associando essa circunstância ao desinteresse do Império por sua sorte, mesmo com os maiores esforços despendidos durante a luta. Essa ideia foi explorada pela imprensa durante a campanha republicana, entre o final da década de 1870 e início da seguinte. De fato, ainda se cogitou, no âmbito da Assembleia Provincial do Maranhão, uma cerimônia em homenagem aos combatentes, o que foi negado:



“Projeto do Deputado João da Mata de Moraes Rêgo autorizando a despesa de até 5 contos de réis, para os festejos com o regresso dos Voluntários da Pátria e com os ofícios religiosos destinados a sufragar as almas dos Maranhenses mortos na campanha do Paraguai” (COUTINHO, 1981, p. 126).

Talvez também pertença ao rol de rejeição aos apoiadores da Guerra do Paraguai e da monarquia – dentro do uso “político” que os livros poderiam ter – a recusa da Comissão de Instrução Pública da Assembleia Provincial em adquirir dois mil exemplares do 1º e 2º Livro de Leitura, por “módico dispêndio” (COUTINHO, 1981, p. 125). Seu autor era Abílio César Borges, baiano, tornado Barão de Macaúbas, e um dos principais educadores e pensadores do sistema de ensino do Império. Manifestava-se nos periódicos de Salvador solicitando o alistamento voluntário nas tropas e mesmo patrocinou o batalhão dos “Zuavos Baianos” (companhia de homens negros do Exército Imperial).

Em Salvador fundou o “Ginasio Bahiano” em 1858, que o dirigiu e onde foi professor, experimentando os métodos didáticos mais recentes elaborados na Europa, e onde foram formados quadros importantes da política e escrita baianas do Segundo Reinado e primeiros anos da República. Ao tempo da oferta que fizera à Assembleia Provincial do Maranhão, passa a residir no Rio de Janeiro, onde inaugura o “Colégio Abílio”, que teve uma filial em Barbacena, Minas Gerais. Na década de 1880 foi nomeado representante brasileiro no Congresso Pedagógico Internacional, que se realizou em Buenos Aires. Figura de destaque da campanha abolicionista, possuía um periódico especificamente voltado para ela, e ainda organizou a “Sociedade Libertadora 7 de Setembro”. Abílio César Borges era pessoa próxima da Casa Imperial, e em 30 de julho de 1881 foi agraciado com o baronato, no ano seguinte elevado com a “Grande do Império”. Foi ainda comendador das imperiais Ordem da Rosa, Ordem de Cristo e Ordem de São Gregório Magno. Foi membro da Academia Philomatica, diretor geral do ensino na Bahia em 1856, e membro do Instituto Historico e Geographico da Bahia e do Brasil.

O fato de Abílio César Borges oferecer dois de seus livros educativos ao ensino público do Maranhão através da Assembleia Provincial tem significado muito maior que uma simples tratativa econômica. Além do fato dele próprio ingressar e progredir nos quadros da Administração a nível nacional através desse tipo de prestação pública (era diplomado em medicina, mas não exerceu a profissão) e tal aceite ser mais um elemento configurador de sua *expertise*, ele cumpria um papel de portador e difusor de conceitos e ideias contemporâneas no domínio intelecto-estatal da pedagogia. Quer-se dizer com isso que os agentes locais



maranhenses, possuidores de investimentos políticos, tinham pleno contato com o que era produzido em termos culturais fora da província, e mais ainda, exerciam um controle objetivo sobre o momento e as formas de sua utilização.

Abílio foi professor dos baianos o poeta Castro Alves (1847-1871) e do político, autor de livros de direito e um dos principais quadros dirigentes do final do Império e primeiros anos da República, Ruy Barbosa (1849-1923). Mas é interessante a circunstância em que ele e o Colégio Abílio foram retratados pelo escritor Raul Pompéia (1863-1895) no livro “O Atheneu”, de 1888. Pompéia havia estudado nessa escola, e personificara em sua principal obra a si mesmo (“Sérgio”, o narrador), e o próprio D. Pedro II na figura de Abílio, esses através do diretor (“Aristarco”) e o colégio no Império (o Ateneu), para dizer que todos eram antiquados e falseadores do passado. Normalmente, esse livro é identificado como pertencente ao “Realismo” (BLAKE, 1970) ou “Impressionismo” brasileiros por agentes vinculados à Academia Brasileira de Letras, olvidando-se a função política desse tipo de publicação.

Raul Pompéia pertenceu ao que poderia ser chamado de fase tardia da “Geração 1870” de Alonso (2002), na qual estariam arroladas figuras como José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque (1867-1934), Manuel Bonfim (1868-1932) e, no Maranhão, João Dunshee de Abranches Moura (1864-1941). Esse conjunto mais ou menos homogêneo quanto ao perfil social dos agentes recusa profundamente a monarquia, mas reproduz, em termos objetivos, as mesmas regras ditas e não-ditas de provimento dos lugares institucionais, fazendo com que a mudança de regime se opere quase exclusivamente no plano dos slogans e praticamente em nada quanto ao exercício prático dos princípios formais republicanos. A disputa simbólica que envolve a consolidação da República e as cadeias políticas está permeada de ofensas pessoais trocadas pela via dos periódicos e, como estratégia de ocultação, a rigor olvidada pela narrativa bio-literária acerca dos escritores. Raul Pompéia, por exemplo, é acusado por detratores de ser homossexual, mas também dado à masturbação:

A polêmica teve início em 1892 quando Pompeia defende Floriano no episódio em que reprimiu violentamente a “Revolta da Armada” - promovida por unidades da marinha contra o governo, que se uniram aos federalistas do Rio Grande do Sul - na Fortaleza de Santa Cruz de Santa Catarina. Em resposta, Olavo Bilac publicou artigo no jornal O Combate ofendendo o jovem escritor: “Talvez seja amolecimento cerebral, pois que Raul Pompeia masturba-se e gosta de, altas horas da noite, numa cama fresca, à meia luz de veilleuse mortíça, recordar, amoroso e sensual, todas as



beldades que viu durante o seu dia, contanto em seguida as tábuas do teto onde elas vaporosamente valsam” (Acervo da Biblioteca Nacional, 9/3/1892). Pompeia defendeu-se em artigo do Jornal do Commercio, revidando a ofensa: “o ataque foi bem digno de uns tipos, alheados do respeito humano, licenciados, marcados, sagrados - para tudo - pelo estigma preliminar do incesto” (Idem, 15/3/1892).” (MISKOLCIO; BALEIRO, 2011, p.83)

Pompéia terminaria suicidando-se. A pauta da Abolição toma contornos mais nítidos também a partir de 1870. Ainda no cenário de formalidade, o Visconde do Uruguai invoca o controle do processo legislativo constitucional para uma contenção implícita do Poder Moderador, e a julgar pelas manifestações efusivas dos deputados, um aviso à monarquia de que a tomada de posição por um tema tão sensível quanto este poderia lhe por em xeque:

Em Janeiro de 1866 o Sr. Visconde de S. Vicente, conselheiro de estado, apresentou ao Imperador varios projectos no intuito de realizar a abolição da escravidão, aconselhando Sua Magestade a iniciativa pessoal em semelhante assumpto de competencia legislativa. [...] Sob mais de uma face foi inconstitucional a iniciação desta proposta. Vejamos: Em primeiro lugar não é nas mãos do Imperador e sim na mesa do senado que um senador do Imperio deve apresentar projectos de lei. (*Muitos apoiados, muito bem*). (SOUZA, 1871, p. 30)

Mas os próprios programas “modernizantes” apresentados, como a “abolição” e o “republicanismo”, apesar de, conceitualmente, não diferirem radicalmente em si mesmo, refletiam o jogo faccional de tal forma que os agentes que portavam um e outro não se aproximavam, formando coalizões próprias e instáveis, ao final delegando a um outro segmento, os militares, a realização de seus objetivos:

Não se uniam porém; não conjugavam esforços; não se solidarizavam na luta. Havia, é certo, abolicionistas-republicanos e republicanos-abolicionistas, mas não eram em grande número. A falange ativa dos antiescravagistas o que queria, antes e acima e tudo, era a extinção do cativo. Os que aspiravam somente derrubar a monarquia, não ousavam em geral incluir, conjugados nas suas plataformas eleitorais e até nos seus programas de propaganda, os dois máximos problemas do momento. [...] E abolicionistas de um lado e republicanos de outro, acabaram formando dois grupos distintos se bem que, de parte a parte repousassem todas as suas esperanças e ambições nas classes armadas. Daí os absurdos e anomalias que se veriam mais tarde; Rebouças, republicano convicto, seguir como abolicionista e mestiço



agradecido a família imperial no exílio; Nabuco, liberal avançado e pregador da federação, manter-se firme nas suas crenças monárquicas; Paulino de Sousa, Gomes de Castro, conservadores da *junta do coice* e escravocratas ferrenhos, aderirem desde a primeira hora à República¹ (MOURA, 1992, p. 186).

As noções de “repertório” e “caixa de ferramentas” apresentadas por Alonso (2002), enquanto uso “parcial” de ideias importadas (em comunhão com formas relacionais preexistentes, como laços de parentesco e compromissos diádicos), está plenamente submetida à lógica dos acordos políticos – não necessariamente eleitorais – para a tomada das posições de controle estatais. Nesse sentido, é importante se perceber que o discurso modernizante ou “contestador” não necessariamente romperá com as regras estruturais de organização do poder. Ao contrário, em muitas circunstâncias, ou menos no objeto em questão, é produzido por membros de grupos tradicionalmente já estabelecidos, ao menos em setores medianos. São intelectuais que, em certo sentido, enfrentam bloqueios de ascensão e têm suas aspirações frustradas, e por isso portam os estandartes da mudança institucional (formal), sendo pouco relevante se se identificam como “liberais” ou “conservadores”. Exatamente essa posição é indicada por Badie (1992, p. 167).

La fonction contestataire sembler, a priori, échapper à cette logique de l'importation: n'est-elle pas de plus en plus amorcée par la volonté explicite de rejeter ou de remettre en question les atteintes portées à l'indépendance, à la culture traditionnelle et à l'univers symbolique propre à la collectivité nationale? Pourtant, l'entreprise contestataire est elle-même, porteuse d'occidentalisation, même si la diversité des ses origines et de ses orientations rend l'accomplissement de ce processus complexe et multiforme. L'intellectuel lui-même, par son discours et son action, peut être producteur de contestation, tout comme du reste l'élite politique liberale, forgée, nous l'avons vu, dans le cadre même de l'édification d'un État conforme au modèle occidental: l'un comme l'autre de ces acteurs est, de par son statut, porteurs de valeurs et de modes contestataires provenant de l'extérieur. Mais la contestation peut également provenir des élites traditionnelles, celles-là mêmes qui s'insurgent contre

¹ Nesta passagem, o deputado-escritor maranhense João Dunshee de Abranches Moura cita personalidades da vida política nacional, que tinham ampla inserção na imprensa na segunda metade da década de 1880. André Rebouças, negro e o principal engenheiro brasileiro, que assinara o projeto e a construção da ferrovia Curitiba-Paranaguá; Joaquim Nabuco, político, diplomata e escritor, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e Paulino de Sousa, deputado geral e senador entre 1884 e 1889, filho do Visconde do Uruguai, seu homônimo. Nesse rol está incluído o deputado-escritor maranhense Augusto Olympio Gomes de Castro, deputado geral de 1882 a 1889, ao qual se opunha o próprio autor da narrativa.



de tels apports et qui s'en sentent menacés. Loin d'être marginale, cette dernière entreprise joue un rôle d'autant plus central qu'elle est en phase avec les gouvernés, très souvent demandeurs de sens face à une transformation ou une mutilation de leur univers symbolique.

A tomada do poder pelos militares foi um reflexo, em parte, das demandas desses seguimentos “reformistas” (incluindo quadros das próprias forças armadas), que conseguiriam participar concorrentemente na ordem republicana com as lideranças faccionais do Segundo Reinado. De fato, essas últimas haviam encampado a nova circunstância. Mesmo agentes ativos na concorrência eleitoral durante o Império e que escreveram livros, apresentados publicamente como “republicanos”, não promoveram qualquer mobilização no sentido de mudança prática do regime, de tal forma que essa classificação se constituía apenas como capital intelectual de diferenciação, e repercussão limitada ao círculo de seus pares. Foi o caso, por exemplo, de Francisco de Paula Belfort Duarte, que “[...] só entrou na propaganda em começos de 1889” (MOURA, 1992, p. 187). Alonso (2009, p. 90) entende que há “bastante diversidade” quanto aos extratos sociais de onde partem os agentes que integram a “geração 1870”. Mas, no geral, são indivíduos abastados em capitais econômicos e culturais que já participam do jogo político-eleitoral, por razões conjunturais em posição secundária (decadência patrimonial familiar, defenestração de lideranças nos acordos partidários de candidaturas, etc.), ou, ainda, de forma inovadora, quadros externos às elites agrárias e comerciais tradicionais, que constituíam um setor mediano, de importância crescente: o funcionalismo público e os profissionais liberais.

Seria o caso do maranhense de Caxias, Raymundo Teixeira Mendes, líder da Igreja Positivista do Brasil, leitor de Auguste Comte e um dos principais apoiadores da instalação da República, apesar de não ter sido incorporado nos níveis principais de sua estrutura. (ALONSO, 2009). Quanto à produção cultural/escrita nessa fase, os referenciais europeus são cindidos para uma apropriação em conformidade com a articulação política brasileira do momento, no sentido de legitimação dos planos “reformistas”:

A dominância compõe o que Charles Hale chamou de “política científica”, um conjunto de teorias da reforma social formuladas por vulgarizadores do evolucionismo com um pé na política, caso de Émile Littré, Pierre LAffitte, Jules Simon, Hypollite Taine, Ernest Renan, Paul Leroy-Beaulieu. [...]. Os grupos contestadores a encontraram na geração 1870 portuguesa, especialmente em Teófilo



Braga e Joaquim Pedro de Oliveira Martins, que analisaram o processo de colonização engendrado em Portugal e sua decadência como império. Juntando a tais análises as teorias evolucionistas francesas, os grupos contestadores puderam reinterpretar os processos de formação do Estado e da nação brasileiros, frisando a obsolescência da herança colonial e a necessidade de reformas para pôr o país na marcha da civilização ocidental. (ALONSO, 2009, p.97)

A produção escrita “maranhense” – entendida como a realizada por agentes nascidos nesta unidade administrativa –, no período em questão, parece se dividir em dois seguimentos distintos: os que escrevem no Maranhão, respondendo às tensões próprias dele, a nível regional, onde os autores se engajam, e os que escrevem definitivamente fora, em especial no Rio de Janeiro, no contexto central de poder, com seus produtores quase de todo rompendo os vínculos com as redes sociais originárias. Comparativamente, formam-se grupos configurados em estratégias e níveis de inserção próprios.

O primeiro, “subalterno”, no sentido das temáticas serem predominantemente regionais, o conteúdo não ser reconhecido como de relevância externa ao Maranhão, e mesmo a qualificação pessoal dos agentes, relativamente inferior. O segundo, “protagonista” é composto por agentes que escrevem no centro de poder do país, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo, onde possuem colocações elevadas na Administração Pública, e possuem redes de apoio em diversas instituições culturais relacionadas à escrita (editoras, periódicos, academias literárias, etc.). Para esse último podem ser citados nomes como os dos irmãos Aluísio (1857-1913) e Arthur Azevedo (1855-1908) e José Pereira da Graça Aranha (1868-1931), ou simplesmente “Graça Aranha”, fundador da Academia Brasileira de Letras, sobrinho do deputado-escritor Heráclito de Alencastro Pereira da Graça (1837-1914), que também ocupou cadeira nesse sodalício (provavelmente ajudado por aquele, escritor prolífico e precedente na instituição, enquanto esse, segundo ocupante da cadeira nº 30, e autor de um único livro).

Os irmãos Azevedo, contudo, talvez personifiquem melhor a transição de lugar e tipos de investimentos/acionamentos de capitais intelectuais através da escrita com reflexos na inserção e projeção de carreira na Administração Pública. O pai deles, David Gonçalves de Azevedo, era vice-cônsul de Portugal no Maranhão, e que, viúvo, recebera como mulher Emília Amália Pinto de Magalhães, sem casamento, e mais ainda sendo ela divorciada. De plano, não podem contar com o capital familiar, ainda que o pai biológico e a mãe adotiva vivessem com relativa prosperidade, pertencendo o casal ao que poderia ser dito como “setor



médio” em formação durante o Segundo Reinado, foram todos rejeitados publicamente pelo “escândalo” daquela união não-matrimonial. Exemplar é o caso de Aluízio, que foi caixeiro além de guarda-livros (espécie de aprendiz de contador). Ele cursa o ensino secundário em São Luís, indo para o Rio de Janeiro em 1876, onde inicia os estudos na Academia Imperial de Belas-Artes, trabalhando para como caricaturista em periódicos importantes, como “O Fígaro”, “Mequetrefe” e “A Semana Ilustrada.” Mas, dois anos depois, ocorre o falecimento de seu pai, o que lhe obriga voltar ao Maranhão a fim de liquidar suas dívidas.

Assume os negócios comerciais da família, e publica “Uma Lágrima de Mulher”, pela Typographia do Frias, em 1879, no estilo romântico tardio. Já durante a “Campanha Abolicionista”, no início da década de 1880, surge “O Mulato”, pela Typographia d’O Paiz. O livro é mal recebido por setores católicos, e ampla troca de acusações e insultos é feita por meio dos periódicos. Ao passo que Aluízio é bloqueado nos programas políticos, inclusive nos “reformistas” (abolicionistas e republicanos) locais dos que fazia parte, esse título em específico é muito bem admitido no Rio de Janeiro como precursor do Naturalismo² no Brasil (HALLEWELL, 2012). Retornando à capital do Império, aproxima-se de outros jovens republicanos e literatos, inclusive maranhenses que escrevem, e que lá se encontram. Quando do advento da República, já gozava de amplo reconhecimento naquela cidade como “intelectual” de primeira grandeza, tendo publicado “Casa de Pensão”, em 1884, e logo no ano seguinte ao movimento militar de 15 de novembro, “O Cortiço”.

Até 1895 trabalhou com diversos editores de periódicos e autores de livros, inclusive com próprio irmão, Arthur Azevedo, em peças teatrais. A situação financeira, porém, era precária, e ele recorre ao auxílio dos amigos, contemporâneos dos embates abolicionistas, como o deputado Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938), filho do último presidente do Conselho de Ministros, o Visconde de Ouro Preto. Afonso Celso foi co-fundador da Academia Brasileira de Letras, e identificara-se como monarquista depois da queda do Segundo Reinado, mas elegeu-se deputado federal por várias legislaturas republicanas, sendo figura importante no novo regime. Assim Azevedo (2011, p. 8) dirige-se a ele:

Rio, 25 de novembro de 1884. Meu caro Afonso Celso,

Isto que vai aqui é uma carta antipática e mal conformada. (...) desejo ardentemente

² Corrente estética literária de exacerbação do Realismo, cujo principal propagador foi o francês Émile Zola, inspirado pela teoria evolucionista do britânico Charles Robert Darwin (1809-1882), autor do livro “On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or The Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life” (A Origem das Espécies), de 1859. *Germinal*, a *opus magna* de Zola foi lançada em 1881.



descobrir uma colocação qualquer, seja onde for, ainda que na China ou em Mato Grosso, contanto que me sirva de pretexto para continuar a existir e continuar a sarroliscar os meus pobres romances, sem ser preciso fazê-los au jour le jour. (...) Ora, dessa forma, só fazendo como neste momento faço: vindo a ti e pedindo-te que, logo que passe pelos olhos um desses cargos, lhe ponhas a mão em cima e me atires com ele, que eu o receberei com melhor vontade que a de um náufrago ao receber uma tábua de salvação. Repito: seja lá o que for – tudo serve; contanto que eu não tenha de fabricar Mistérios da Tijuca e possa escrever Casa de Pensão. Talvez te pareça feio e até ridículo o que acabo de fazer; não sei, mas, desnordeado como estou, sôfrego por assentar esta maldita existência de boêmio que já se me vai tornando insuportável, agarro-me a ti, por julgar-te mais perto de mim e mais apto do que outro qualquer, para compreender a sinceridade do que estou dizendo [...].

Há políticos que não escrevem, e se valem de outros recursos para tentar assegurar a permanência vitoriosa no concurso eleitoral, como os advindos da família Jansen Pereira (há um escritor, fundador da Academia Maranhense de Letras, pertencente a um tronco familiar próprio, Justo Jansen Ferreira, que escreve no final do século XIX e início do XX) entre as décadas de 1850-1870. Da mesma forma, há os que escrevem e não são políticos durante uma boa parte de suas vidas, mas que conseguem algum tipo de ingresso no estado através desse recurso, na maioria das vezes o único à disposição. No entanto, os políticos-escritores detêm a capacidade de mobilização de um recurso caro, que é o capital intelectual de reconhecimento, através da publicação de livros, mas conjuntamente a vários outros. Isso lhes permite ao mesmo tempo, através da notabilidade, a inserção em múltiplos domínios, do econômico ao mandatário-administrativo, além do trânsito vertical e progressivo na hierarquia estatal, redundando na imagem de excelência que realimenta a lógica de progressão. Nesse ponto, a escrita não serve “exclusivamente” ao indivíduo que produziu, mas também para a conformação de um segmento que a utiliza para legitimar ou não os pares, servindo de “resposta” nas tomadas de posição, como via de enaltecimento ou detração especial em face de outros agentes que também escrevem.

Quanto ao grupo “subalterno”, que passa a se configurar mais claramente neste período, podem servir de exemplo os “vultos notáveis” de Coutinho para a década 1880-89 (todos eles deputados-escritores), tidos como próceres da “intelectualidade maranhense” da época, em especial por terem participado da fundação da Academia Maranhense de Letras, mas que não tiveram qualquer projeção a nível nacional: Francisco de Paula Belfort Duarte, José Ribeiro do Amaral e Antônio Baptista Barbosa de Godóis. A “exceção” na lista de



Coutinho é Augusto Olympio Viveiros de Castro, ministro do Supremo Tribunal Federal, mas somente a partir de 1915. Em meados da década de 1890 muda-se para o Rio de Janeiro, onde produz seus trabalhos jurídicos, que são bem recebidos nas faculdades das principais capitais brasileiras. Os vínculos objetivos com o Maranhão são rapidamente perdidos, e São Luís não teria seu próprio curso de direito antes de 1940.

O lema positivista “Ordem e Progresso” foi incorporado em um dos símbolos mais importantes da oficialidade, a bandeira nacional republicana (criada pelo maranhense Raymundo Teixeira Mendes, fundador e diretor da Igreja Positivista no Brasil, sediada no Rio de Janeiro), e se ajusta no processo de importação/adaptação e negação/afirmação de instituições, programas e argumentos, manuseado conforme a pertinência objetiva de seus agentes, notadamente nas disputas eleitorais. Os teóricos do regime republicano são oriundos da “geração 1870” – que possui um senso de pertencimento biológico-temporal marcante, não ocultado por Alonso (2002, p. 43), e “[...] circunscreve os indivíduos chegando à idade adulta e ao ‘mercado’ de trabalho ao longo dos anos 1870 [...]”, mas também pode compreender aqueles entrantes nas duas décadas seguintes. Com efeito, ao adentrar a década de 1890 são eles adultos jovens, entre os 25 e 35 anos, faixa etária, como se verá adiante, típica para entrada nas carreiras eleitorais e administrativas. As características da produção cultural que Alonso (2002) identifica para essa geração são da plena vinculação entre a atividade escrita e política. Trabalhando agentes inseridos nos principais núcleos urbanos do país, ela advoga pela ausência de campo intelectual autônomo, na perspectiva bourdiana, em todo o século XIX no Brasil: “Observando as trajetórias individuais e o conjunto de obras publicadas nos anos 1870 e 1880 é impossível distinguir ‘intelectuais’ de ‘políticos’” (ALONSO, 2002, p. 30), para então concluir que “[...] toda manifestação intelectual era imediatamente um evento político.” (ALONSO, 2002, p. 38).

Chama a atenção ainda para a necessidade da verificação empírica, envolta que é na experiência prática dos agentes e, em seguida, se analisar da autonomia do campo. Esse exercício exclui o uso pré-determinado de abstrações conceituais usadas para todos os tempos e casos. Em seu objeto de estudo, muito similar ao que aqui se apresenta, afirmar a autonomia do campo descambaria para outras abordagens que virtualmente não são nele possíveis, como a de “[...] tomar o intelectual como um ‘tipo social’ [...]” (ALONSO, 2002, p. 31). Nesse ponto, diversos elementos peculiares à produção escrita indicam a inexistência do campo literário/intelectual, como os grupos fluídos, a baixa qualidade das obras e a “inconstância” dos autores (ALONSO, 2002).



No mais, esses agentes que desenvolvem o trabalho político se configuram em segmentos a partir de apropriações e recusas específicas, onde a escrita é um elemento de identidade, portadora e difusora de rótulos de diferenciação, fundante de tradições legitimadoras e criadora de panteões, onde os vultos literatos são marcos identificadores da excelência social. No domínio econômico, crises recorrentes nos preços internacionais do café demonstravam a vulnerabilidade de uma economia montada quase exclusivamente sobre esse produto. Há também uma crescente participação da indústria, acompanhada da consolidação dos setores médios urbanos, que passam a demandar ativamente sua própria participação política. Nesse cenário, a forma republicana instalada não cuidou de democratizar a sociedade, nem mesmo formalmente: “A rigidez do sistema republicano, sua resistência em permitir a ampliação da cidadania, mesmo dentro da lógica liberal, fez com que o encanto inicial com a República rapidamente se esvaísse e desse origem à decepção e ao desânimo.” (CARVALHO, 2010, p. 56).

Aponta-se o período de 1889 a 1894 como “República da Espada”, em razão dos governos militares e de repressão que se sucederam à queda do Segundo Reinado. Apenas alguns poucos agentes oriundos de famílias abastadas do Império – pertencentes à Geração 1870 – que conseguiram inserção política no novo regime se opuseram a ela pela escrita, como os monarquistas Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901), co-fundador da Academia Brasileira de Letras (cujas cadeiras número 40 homenageava o Visconde do Rio Branco, pai de seu amigo e uma das lideranças republicanas, o Barão do Rio Branco) e Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938). Contudo, no geral, os escritores saudaram a República, ainda que por pouco tempo:

Da invasão da Câmara Municipal a 15 de novembro de 1889, antes mesmo de proclamada a República, participaram vários intelectuais. Alguns, por certo, antigos militantes do movimento abolicionista, como José do Patrocínio, mas outros pela primeira vez movidos à ação política concreta, como Olavo Bilac, Luís Murat, Pardal Mallet. Um mês depois, intelectuais do Rio enviaram um manifesto de entusiástico apoio ao governo provisório, em que se referiam à aliança entre os homens de letra e o povo. A pátria, dizia o manifesto, abrira as asas rumo ao progresso, ‘a literatura vai desprender também o voo para acompanhá-la de perto’. O entusiasmo durou até o governo Floriano, quando se deu um cisma entre os intelectuais, e alguns dos antigos entusiastas da República tiveram que fugir da capital para evitar a prisão. (CARVALHO, 2010, p. 25-26)



No Maranhão, repetiu-se uma circunstância mais ou menos comum nos dias subsequentes ao surgimento da República: próceres políticos monarquistas a ela aderindo de plano:

[...] por toda a parte, os grandes homens, que se notabilizaram à sombra do Trono, cheios de louros e honrarias, batiam palmas ao sol nascente; e enquanto, na própria Corte, os áulicos do Paço não tinham a coragem cívica de ir pelo menos ao cais acenar o último adeus à Família Imperial que o Alagoas levava a caminho do exílio [...] (MOURA, 1993, p. 197).

Isso, em si, é determinante para se conhecer das estratégias adotadas que caracterizarão a Primeira República como a encampação do estado pelas oligarquias familiares locais, mas agora conforme a reconfiguração do poder nacional pela lógica de um federalismo invertido (prático, oposto ao formal de inspiração norte-americana, recepcionado pela Constituição de 1891). Nesse ponto, duas das antigas províncias, agora estados, passam a determinar a ordem de poder: São Paulo e Minas Gerais. As oligarquias dos estados intermediários como Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro tentam se articular nessa circunstância, enquanto o Maranhão está completamente afastado das principais decisões nacionais. Maneira tal que a República passou, em seu nascedouro, muito pouco além de uma alteração estética da organização política.

Figura 1 - Armas da República Federativa do Brasil³



Fonte: Brasil (2015)

A figura com mais destaque político a nível regional, a esse tempo, é Benedicto Pereira Leite (1857-1909). Ocupou praticamente todos os cargos eletivos possíveis, inclusive cadeira no parlamento maranhense. Era atacado na imprensa pelo periódico a “Pacotilha”, que tinha em suas redações dois outros deputados-escritores, Luso Torres e Clodomir Cardoso, fundadores da Academia Maranhense de Letras:

Muito lida em todo o Estado, a “Pacotilha” fazia a opinião pública no Maranhão. Seu período de maior prosperidade foi precisamente aquele em que, tendo em sua direção José Barreto da Costa Rodrigues, na gerência Agostinho Reis e no corpo redacional Luso Torres, Clodomir Cardoso e Fran Paxeco, combateu a orientação política de Benedito Leite. Foi uma luta titânica, que durou anos a fio. (VIVEIROS, 1960, p. 64)

Ora, o contra-ataque também viria através do mesmo instrumento. Benedicto

³ Armas da República Federativa do Brasil. O brasão de armas da República preservou vários elementos do brasão de armas do Império do Brasil, notadamente os ramos de café e fumo, conforme fora desenhado por Jean Baptiste Debret e incorporado à bandeira imperial. Além disso, a auréola em azul com as estrelas brancas é absolutamente a mesma que constava naquele, representando cada uma delas uma província, agora convertidas em estado. A simbologia republicana, em suma, não rompeu com a imperial (o uso corrente dos títulos nobiliárquicos, informalmente, durante o novo regime o demonstra, como no caso do Barão do Rio Branco, figura chave da diplomacia brasileira da época). As armas republicanas foram encomendadas pelo Marechal Deodoro da Fonseca ao engenheiro Arthur Zauer e desenhadas pelo litógrafo Louis Gruder, que trabalhava para a Laemmert & Co., uma das maiores editoras do Rio de Janeiro. Com efeito, Deodoro também manteve a inspiração da bandeira original do país, com o verde, que representava a Casa de Bragança, na pessoa de D. Pedro I, e o losango amarelo, dos Habsburgo, de onde provinha a Imperatriz Leopoldina, sua primeira esposa. Esse militar, condecorado na Guerra do Paraguai, era amigo pessoal de D. Pedro II, e conteve as demandas dos republicanos “jacobinos”, que possuíam outros projetos de símbolos nacionais, e mesmo alguns defendiam o fuzilamento da família imperial.



fundaria “O Federalista”, cujo batismo era o de seu próprio partido. Tomou da Pacotilha até seu formato: “[...] tamanho 57x37 cm e 6 colunas.” (VIVEIROS, 1960, p. 64). No artigo de apresentação, confessa os usos práticos das folhas jornalísticas, produzidas para ataques e elogios pessoais:

O jornalismo entre nós, com raras exceções, tem obedecido a uma orientação inteiramente falsa e contrária ao fim que nunca deve perder de vista a imprensa séria e moralizada. Não raro, vemos a paixão partidária e o interesse pessoal cegarem de todo os espíritos, desviando-os do verdadeiro caminho que devem trilhar. Oposição frenética e sistemática, apologia sem termos e sem limites, eis o que quase sempre se nota na arena da imprensa, onde a luta deve ter por objeto a defesa calma e sincera dos princípios, a análise serena dos fatos no interesse do bem geral e para a orientação verdadeira da opinião pública. (VIVEIROS, 1960, p. 65)

Na visão de Jerônimo de Viveiros (1954), descendente de uma das mais abastadas famílias de lavradores da região de Alcântara até o Segundo Reinado, o final do Oitocentos não foi um período de decadência apenas da economia, mas também da cultura (Viveiros é uma das principais vozes da decadência econômica do Maranhão no século XX). Com efeito, segundo ele, existira uma Atenas Brasileira “legítima”, que, no entanto, havia desaparecido: “Assim, ao findar do século, não havia vida literária no Maranhão. Vivia-se em modorra apenas, aquecida pelas lembranças do passado. O Maranhão era Atenas, porque nossos ancestrais tinham sido aqueles atenienses legítimos” (VIVEIROS, 1960, p. 179). O “ressurgimento” da cultura maranhense, segundo se pode concluir de seus escritos, passa pela figura de Benedicto Leite, a quem dedica um livro que tem por título o nome do biografado e o subtítulo de “um verdadeiro republicano” (VIVEIROS, 1960). A contribuição daquele deputado-escritor, então ocupando o cargo de governador, residiria, principalmente, no fato de ter inaugurado a Biblioteca Pública do Estado do Maranhão (depois, anos 1960, rebatizada com seu nome). Pois foi, exatamente em suas dependências, que se organizaria a “Oficina dos Novos”:

As reuniões, à noite, na secretaria da Biblioteca, amiudaram-se, e numa, assessorada por Fran, que então já punha em ação o seu invejável pendor para guia da mocidade, surgiu a ideia da criação de uma sociedade literária, que tivesse um jornal. Fran sugeriu-lhes os nomes: “Oficina dos Novos” para a sociedade, e “Os Novos” para o jornal. Ocorria isso em junho. A 28 de julho, instalou-se a “Oficina”, e a 5 de agosto



circulou o primeiro número da revista “Os Novos”. Ao lado de Lobo, Fran chefiava o movimento, que viria produzir a ressurreição das letras maranhenses [...]. (VIVEIROS, 1960, p. 182)

A ideia de uma “renascença” no Entresséculos permeia as mentes que interpretam o Maranhão. A loja maçônica “Renascença Maranhense”, por exemplo, é dessa época (1897-1898) e a oposição dissidente da “Oficina dos Novos”, a composição “Renascença Literária” – mesmo modernamente, com os bairros da capital, Renascença e Renascença II, surgidos após a inauguração da Ponte José Sarney, em 1970 –. Para que exista o renascimento, porém, é necessário que antes tenha existido a vida e a morte. Dentro desse esquema de ápice e decadência e tentativas reiteradas de se alcançar o primeiro estágio, é que é feita a cosmogonia, com reflexos temáticos na produção escrita, dessa região ao norte do Brasil. Tal circunstância já havia sido identificada por Almeida (2008). Contudo, o perfil geral de quem escreve nesse período é o do Notável, com múltiplas inserções sociais e destaque a participação na concorrência eleitoral. Em termos estéticos, os membros da “Oficina” eram ditos “operários”, o que decerto tinha a ver com o movimento “renovador” da economia, em que os grandes proprietários rurais e comerciantes abandonavam a grande lavoura de algodão e passavam a investir nas indústrias têxteis, inauguradas entre as décadas de 1880 e 1890.

Dos nomes mencionados por Viveiros (1960) na reorganização do quadro social, operada quase imediatamente depois da fundação, serão deputados-escritores: Luiz Carvalho, Viriato Corrêa e Clodomir Cardoso. Entre eles esteve Godofredo Mendes Viana, co-fundador da Academia Maranhense de Letras. Godofredo Viana aparentemente não ocupou cargo eletivo no parlamento maranhense, mas foi um político escritor. Nasceu na cidade de Codó, em 1878, e faleceu no Rio de Janeiro em 1944. Torquato Mendes Viana, seu pai, era magistrado. Coursou “Humanidades” na capital, e em seguida matriculou-se na Faculdade Livre de Direito de Salvador, Bahia, bacharelando-se em 1903. Ali participou das redações dos periódicos “Regeneração” e “Nova Cruzada”. Retornando, é nomeado promotor de justiça na comarca de Alcântara (1905), assumindo depois a magistratura, que exerceu até 1918. Sua trajetória, ainda que na maior parte passada sob a organização republicana, cumpre todas as características marcantes do período imperial para os agentes que escrevem, interpretam o Maranhão e se articulam nos postos da Administração Pública. São de sua autoria os livros “No país do Direito”, editado em São Luís no ano de 1914 pela Imprensa Oficial; “Teoria e prática do direito constitucional”; “Formas e fórmulas processuais”; “Prática do processo



criminal” e uma edição do Código de Processo Criminal, na temática do direito; “Terra de ouro”, no Rio de Janeiro em 1935; “Ocasão de pescar”, Rio de Janeiro, pela editora José Olympio, em 1939; “Musa antiga”; “Poemas bárbaros”; “Paixão de caboclo” e “Padre Francisco Pinto”, esses mesclando os subgêneros da poesia e prosa.

No ano de 1921 elegeu-se senador pelo Maranhão no Partido Republicano Maranhense – PRM, abandonando o cargo para ocupar o de governador (presidente) do Maranhão, sucedendo Urbano Santos, que então chefiava o PRM. Encerrado o mandato no ano de 1926, substituiu José Maria Magalhães de Almeida, oportunidade em que retorna ao Senado, onde fica até 1929. Com a Revolução de 1930 e o estado de suspensão das eleições até 1932, afasta-se, para retornar em maio de 1933, como deputado maranhense na Assembleia Nacional Constituinte que produziria a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934, pelo partido “União Republicana Maranhense”. Permaneceu na Câmara entre 1934-37, quando o Estado Novo fechou as instituições legislativas. Mas, nem por isso restou afastado da Administração Pública. Seus amplos contatos lhe asseguraram o cargo de distribuidor da Justiça Federal no Rio de Janeiro, ainda em 1937. Nomeado procurador-geral e em seguida provedor de uma das principais instituições de saúde no Maranhão, a Santa Casa de Misericórdia.

A trajetória de Godofredo Viana em tudo se assemelha à dos deputados-escritores, e sua produção escrita não pode ser afastada das dimensões de pertencimento ao estado brasileiro, seja através dos cargos eletivos, seja pelos administrativos. Mas, ainda na narrativa de Viveiros (1960), dois outros membros da Oficina dos Novos, “Moreira de Sousa” e “Francisco Serra”, talvez tenham sido também parlamentares estaduais anos depois, pois foram encontrados os nomes de Feliciano Moreira de Souza e Francisco de Serra Carneiro, e pode se tratar das mesmas pessoas. De se notar que as rupturas entre os agentes que escrevem começam desde muito cedo. De plano, Fran Paxeco⁴ não conseguiu manter dois dos principais estudantes: Luís Carvalho e Henrique Costa Fernandes, ambos depois deputados-escritores. A causa seria o próprio Fran Paxeco e sua “tutela” (VIVEIROS, 1960, p. 183). Esses vão fundar o periódico “A Actualidade”, segundo Viveiros (1960, p. 183), em “luta jocosa e elegante” contra a Oficina. Quando desapareceu, a própria Oficina é que entra em colapso, e dela saem

⁴ Manuel Fran Paxeco nasceu em Setúbal, Portugal, no ano de 1874, sendo batizado Manuel Francisco Pacheco. Faleceu na cidade de Lisboa em 1952. Esteve no Maranhão pelo Entresséculos, onde constituiu família através do casamento com a ludovicense Isabel Eugênia de Azevedo Fernandes, cujos pais eram comerciantes e com quem teve uma filha, Elza Pacheco. Até o início da década de 1910, além do jornalismo, desenvolve diversas atividades de natureza cultural. Publica em São Luís vários artigos e livros sobre história, geografia, política e economia.



4 membros, que se juntam a outros 3. Somados aos 2 primeiros, são ao todo 9 estudantes que vão se reunir em outra agremiação, a anteriormente citada “Renascença Literária”. A luta travada entre os dois grêmios foi recepcionada pela “imprensa política”, abrindo caminho para aqueles mesmos agentes – ainda entrantes – pudessem se responder nessa arena e várias outras, anos mais tarde:

Das suas sedes – a “Oficina dos Novos” na “Biblioteca Pública” e a “Renascença” na casa de Nascimento – as duas agremiações disputavam as simpatias dos jornais diários da cidade. Acabaram por tê-las: àquela as da “Pacotilha”, esta as da “Campanha”. A partir daí, o movimento infiltrou-se na parte culta da população. Sociedades de ensino, como o “Centro Caixeiral” e clubes dançantes como o “Euterpe”, abriram os seus salões aos conferencistas. (VIVEIROS, 1960, p. 184)

De se notar que a Oficina dos Novos tinha em seu favor uma instituição pública de natureza cultural para lhe abrigar (a Biblioteca Pública, antes “Escola de Primeiras Letras” da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, inaugurada ainda no Império, em 1874, e que se localizavam no mesmo prédio que atualmente é sede da Academia Maranhense de Letras), e o comando de um agente, Fran Paxeco, com sólidos contatos nos meios administrativos do Estado. Os odores institucionais oficiais que emanam dali decerto envolveram, nas palavras do próprio Viveiros (1960), o principal periódico da época, a Pacotilha. A ideia da decadência, para esse autor, está presente, e é marcada pelo fim da Oficina dos Novos e da Revista do Norte, e de forma inusitada, pelo tom utilizado, a Academia Maranhense de Letras é uma degeneração dessa época: “Depois veio o declínio, com o desaparecimento da ‘Oficina dos Novos’ e a suspensão da ‘Revista do Norte’; e dessa frieza, foi que resultou a fundação da Academia Maranhense de Letras” (VIVEIROS, 1960, p. 190). Tanto que com isso nada mais diz, encerrando o capítulo de seu livro intitulado “A Vida Literária Maranhense durante a chefia de Benedito Leite”.

O entusiasmo de Viveiros por Benedito Leite certamente se deve ao fato de que ele era aliado político de um parente próximo seu, na divisão dos partidos Conservador e Liberal após o surgimento da República⁵. Com efeito, foram organizados quatro partidos maranhenses na Primeira República, sob a lógica da inclusão/exclusão (cooptação/defenestração) de nomes

⁵ A divisão em “maístas” e “castristas” se refere às cadeias internas do Partido Conservador, cujas chefias pertenciam aos deputados-escritores José da Silva Maia e Augusto Olympio Gomes de Castro, segmentadas em agremiações próprias no período republicano.



nas listas de candidaturas, e com algum resquício da organização personalista da política imperial. O “Partido Republicano” era majoritariamente composto por antigos liberais, sob o comando do senador Manuel da Costa Rodrigues. O “Partido Nacional” por afiliados à outrora corrente conservadora castrista, e sob a tutela de Francisco José de Viveiros (lavrador na região de Alcântara-Pinheiro) e Benedicto Pereira Leite (deputado-escritor).

O “Partido Católico”, englobando principalmente maístas (a outra fração conservadora) e figuras rompidas tanto com as lideranças liberais quanto conservadoras do Império, tendo sido montado pelo Monsenhor João Tolentino Guedelha Mourão (deputado-escritor) e tendo a figura de projeção eleitoral em Luís Antônio Domingues da Silva (deputado-escritor), que seria depois eleito presidente do Estado. Por fim, o “Partido Constitucional”, produzido por dissidências oriundas do Partido Liberal, agora com a tutela de José Rodrigues Fernandes, Casimiro Dias Vieira Júnior (deputado não-escritor, proprietário e redator de “O Globo”, jornal republicano) e Francisco da Cunha Machado (deputado não-escritor). Na visão do historiador Mário Martins Meirelles⁶ (1960, p. 345), escrevendo em meados do século XX (1960), não há qualquer protagonismo na produção escrita maranhense a partir do Entresséculos e pelo menos até o início da década de 1930, um período que nomeia de “ciclo decadentista”. Mesmo a fundação da Academia Maranhense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, respectivamente em 1908 e 1926 não têm muita significância, e o aspecto geral é de abatimento para esse autor: “A luta fez-se ferrenha, arrastou-se, entre vitórias e derrotas, pelos anos ingratos e prossegue ainda, sucedidos muitos daqueles batalhadores, abatidos no curso da refrega, por outros tantos que lhes têm procurado preencher os claros nas fileiras incontestavelmente escassas.” (MEIRELLES, 1960, p. 346).

Além disso, uma constatação de longo curso parece afligir Meirelles (1960, p. 345): o fato de que os escritores de melhor qualidade viveram fora do Maranhão. Dentro da perspectiva decadentista, comparando dois períodos que julga distintos, observa ao tempo do “[...] chamado Grupo Maranhense (1832/1868)” e do “[...] segundo ciclo literário (1868/1894)” (, passa a exportar “[...] os seus valores intelectuais, ainda incipientes, para que, na Corte, se façam e se firmem como nomes nacionais, apenas nascidos no Maranhão”. Em diversos outros momentos lembra essa circunstância: “Ainda viviam, mas sempre fora e longe de nossas fronteiras [...] e outros haviam lá morrido sem jamais voltarem à terra-berço”

⁶ Mário Martins Meirelles (São Luís, 1915-2003). Foi diretor do Banco do Estado do Maranhão e de Chefe da Casa Civil no governo de Pedro Neiva de Santana (1972-1975) e um dos organizadores da Faculdade de Filosofia do Maranhão, ocupou o cargo de professor do curso de História. É autor de diversos livros sobre a história maranhense.



(MEIRELLES, 1960, p. 345); “Dentre os poetas, Catulo da Paixão Cearense [...] não integrou aquele movimento de recuperação pois que sempre viveu fora da terra;” e “Dentre os prosadores, a figura maior é a de Umberto de Campos, nome sobejamente conhecido por todo o Brasil, secundado por Domingos Barbosa, Astolfo Marques, Godofredo Viana, Antônio Lopes, etc.” (MEIRELLES, 1960, p. 346).

Domingos Quadros Barbosa Álvares é co-fundador da Academia Maranhense de Letras, e deputado-escritor. Godofredo Viana, como já mencionado, também é um dos organizadores dessa instituição, escritor e mandatário político, mas com atuação no Executivo. Mas, Meireles (1960, p.345) não olvida o fato de que os escritores são, principalmente, parlamentares: “[...] o Estado, vivendo das glórias daquele passado e dos poucos sobreviventes do segundo ciclo que ainda o representavam no sul (e não só no campo das letras como no da política com o fazê-los geralmente seus representantes nas duas casas do Parlamento)”.

6. CONCLUSÃO

Ante o exposto, pode-se concluir que a passagem do Segundo Reinado à Primeira República foi principalmente um ajuste interno intra-elites, com participação absolutamente marcante de profissionais do direito, que possuíam grande acúmulo de capitais, e que tentavam monopolizar os temas políticos correntes entre as décadas de 1870-80, através da publicação de livros. Isso proporcionou que fossem reconhecidos como agentes aptos a controlar as instâncias de poder estatais, como parlamentos e tribunais, e, ao mesmo tempo, que dominassem as esferas da produção cultural entendida como legítima, como academias literárias, institutos históricos e afins. Nesse sentido, restaram impedidas outras formas de participação, excluídos setores sociais hierarquicamente mais baixos, e a visão que eventualmente tinham sobre o Estado e a cultura.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: **O Brasil Imperial**, vol. III, 1870-



1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 83-118.

BADIE, Bertrand. **L'État importé. Essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique**. Paris: Fayard, 1992.

AZEVEDO, Aluísio. **O Japão**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 244 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/845-Japao_O.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Politique Comparée**. Press Universitaires de France, 1990.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. 2. ed. v. 7. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**, Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

BRASIL, _____. **Brasão da República**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/simbolos-nacionais/brasao/brasao-da-republica>>. Acesso em: 21 nov. 2015d.

CARVALHO, José Murilo de. As Marcas do período. In: **História do Brasil Nação: 1808-2010 - A construção nacional, 1830-1889**. Vol. 2. José Murilo de Carvalho (Org.). Rio de Janeiro: Objetiva LTDA, 2012a.

_____. A vida política. In: **História do Brasil Nação: 1808-2010 - A construção nacional, 1830-1889**. Vol. 2. José Murilo de Carvalho (org.). Rio de Janeiro: Objetiva LTDA, 2012b.

_____. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro de sombras: a política imperial. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados vol. 40 nº. 2. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003>. Acesso em: 01 set. 2015.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CORADINI, Odaci Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões das elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). In: REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal (Org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: EDUFMA, 2014.

COUTINHO, Mílson de Sousa. **O poder legislativo no Maranhão, 1830-1930**. São Luís: Assembleia Legislativa do Maranhão, 1981.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: sua história**. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

IZECKSOHN, Vitor. **A Guerra do Paraguai**. 2009, p. 387-424. O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870. Keila Grimberg e Ricardo Salles (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MEIRELLES, Mário Martins. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP: Serviço de Documentação, 1960.

MISKOLCIO, Richard. BALEIRO, Fernando de Figueiredo. O drama público de Raul Pompeia: sexualidade e política no Brasil finissecular. **Revista Brasileira de Ciências**



Sociais, vol.26 nº. 75 São Paulo, Feb. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000100004>. Acesso em: 18 mar. 2016.

MOURA, João Dunshee de Abranches. **A Esfinge do Grajaú**. São Luís: Alumar, 1993.

_____. **O Cativoiro**. São Luís: Alumar, 1992.

SIGAL, Sílvia. **Intelectuais, cultura e política na Argentina**. In: Revista Pós Ciências Sociais / Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v. 9, n. 17, 2012, 240 p. São Luís: EDUFMA, 2012, p. 51-66.

_____. *Le rôle des intellectuels en Amérique Latine: la dérive des intellectuels en Argentine*. Paris: Harmattan, 1996.

SOUZA, Paulino José Soares de. **Discurso proferido na sessão de 23 de agosto de 1871 sobre a proposta do governo relativa ao elemento servil**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1871.

VIVEIROS, Jerônimo José de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. São Luís: Alumar, 1999.

_____. **Benedito Leite: um verdadeiro republicano**. 2. ed. DASP, 1960.

_____. **História do Comércio do Maranhão: 1612 – 1895**. São Luís: ACM, 1954.